FÓRUM PERMANENTE DE MOBILIDADE HUMANA / RS

Carta do XIII Seminário Estadual de Migrações

22 a 27 de Setembro de 2025

> "A vida se transforma no espaço no qual estamos. Para transformá-la temos que sonhar e concretizar nossos propósitos".

A afirmação é do migrante, professor Franco Marval, que participou como palestrante no evento realizado na Universidade de Caxias do Sul.

Para debater e propor ações e programas sobre o tema "Governança Migratória – O Papel das Cidades no Brasil", o Fórum Permanente de Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul realizou o XIII Seminário Estadual de 22 a 27 de setembro. Numa estratégia inovadora, com intuito de visitar as diferentes realidades do Estado as atividades foram realizadas de forma itinerante nas cidades de Canoas, Caxias do Sul, Lajeado e Pelotas. Foi decisiva a participação das Universidades para mobilizar as comunidades locais, migrantes, estudantes e especialistas que se debruçaram a dialogar sobre desafios e propostas concretas para aprimorar o acolhimento, o atendimento e a integração dos migrantes nos municípios gaúchos.

Os diversos painéis realizados na Universidade La Salle, na Universidade de Caxias do Sul, na Universidade do Vale do Taquari e na Universidade Católica de Pelotas, apontaram a necessidade de qualificação da rede socioassistencial e de implementação de vários serviços que configuram como garantia dos direitos da pessoa em situação de mobilidade humana. Na abertura da jornada, o membro da Coordenação do FPMH, Elton Bozzetto, salientou a necessidade de acesso dos migrantes às políticas públicas, a articulação da rede local de atendimento e a implementação de programas educativos locais para superar a xenofobia e facilitar o acolhimento e a integração local.

Os debates identificaram desafios para os gestores locais:

- Presenças de estruturas limitadas que dificultam o acesso pleno aos direitos, por falta de uma governança local robusta na área da migração;
- Inexistência de Planos Municipais de política migratória para facilitar a informação e o acesso aos serviços;

- Falta de compreensão clara do conceito de governança no âmbito da migração que viabilize um trabalho em rede com diferentes atores: organizações de migrantes, academia, administração pública e sociedade civil;
- O desconhecimento da população local sobre a cultura, língua, os hábitos e a história dos países de origem dos migrantes;
- Limitação no reconhecimento e no respeito à diversidade migratória e as especificidades e valores de cada etnia;
- Abertura de espaços para que os migrantes promovam as suas próprias iniciativas para compartilhar sua cultura e sua diversidade;
- Limitação do quadro de servidores públicos com conhecimento adequado e competências para atendimento aos migrantes;
- Ampliação das informações sobre o fenômeno migratório para empresas, cartórios e outras instituições de serviço para viabilizar um atendimento qualificado para os migrantes;

Propostas apresentadas:

- Estimular e facilitar a participação dos migrantes nos processos e organismos de planejamento, proposição, deliberação, efetivação e controle social das políticas públicas;
- Criar Observatórios da Migração e promover a realização de censos nos municípios para facilitar o acesso a dados, que auxiliem a formulação e proposição de políticas públicas e programas de proteção social em todas as áreas;
- Implantar serviço especializado de acesso ao reconhecimento da equivalência do ensino fundamental, médio e técnico;
- Acelerar a implementação de ações de superação da violência contra a mulher migrante vulnerável;
- Assegurar a participação ativa dos migrantes como protagonistas nos processos de construção das políticas públicas;
- Promover maior empenho na incidência política, a fim de assegurar orçamento suficiente no âmbito da Assistência Social para a política migratória, inclusive nas situações de emergência social e climática;
- Garantir a oferta do serviço de mediação intercultural, exercida por migrantes contratados, para facilitar o acesso dos migrantes aos diferentes serviços públicos com atendimento qualificado e humanizado;
- Promover parceria entre as gestões municipais com SINE, órgãos públicos e outras instituições para facilitar a execução de programas contínuos e periódicos de qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho e programas de estímulo ao desenvolvimento econômico e social;
- Fortalecer a conexão, a relação e a integração dos órgãos municipais com as associações de migrantes;
- Inserir nos currículos escolares a oferta de conhecimento e conteúdos pedagógicos para que os estudantes conheçam a realidade migratória e reconheçam os valores de cada cultura e etnia;
- Implementar programas de acesso à moradia, diante das dificuldades de acesso à habitação e dos altos custos de locação imobiliária;
- Adotar programas de busca ativa dos órgãos municipais de proteção social para conhecimento das realidades e das condições de vida dessa população;
- Ampliar e qualificar programas de ensino da língua portuguesa, principalmente para a população adulta, uma vez que as crianças têm acesso à escola;
- Instituir protocolos de orientação para facilitar o acesso aos serviços públicos, capacitando os profissionais para assegurar o atendimento humanizado e assertivo aos migrantes com fluxos claros e cadastros e sistemas atualizados sobre a utilização dos serviços;
- Articular administrações municipais com universidade e instituições de ensino para promover o direito linguístico migratório, proporcionando o ensino da língua portuguesa como língua

adicional e de acolhimento e viabilizar a certificação de proficiência em língua portuguesa para facilitar processos de naturalização, acesso facilitado na inserção em oportunidades no mercado de trabalho e outros direitos;

Mensagem à população gaúcha

O Fórum Permanente de Mobilidade Humana do RS, coletivo da sociedade civil, universidades e organizações de migrantes reafirma o seu compromisso de promover a defesa da migração como direito. Como afirmou o professor da UNIVATES, Matheus Fröhlich, "*A migração é vivida nas cidades e o acesso aos serviços ocorre com preponderância nos municípios. Por isso, é necessário instaurar uma governança compartilhada nos diversos níveis de Governo, a fim de assegurar o acesso à saúde, habitação, trabalho, informação, educação, assistência social, para todos que deles necessitam*".

O FPMH reafirma sua postura, intransigente, de exigência do respeito à cultura e etnia, à acolhida, à proteção e a integração de todas as pessoas em situação de mobilidade humana. Este é um dever do Estado num compromisso conjunto da sociedade civil, para que ninguém seja alijado do acesso aos serviços que asseguram o atendimento aos direitos fundamentais, promovendo vínculos que insiram os migrantes na comunidade local.

O Fórum Permanente e os participantes do XIII Seminário Estadual se associam a articulação nacional de instituições de todo o país na campanha #ASSINALULA, reivindicando que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assine imediatamente o decreto de criação da Política Nacional Migratória, determinada pelo art.120 da lei13.445 e elaborada com a contribuição de migrantes e de organizações da sociedade civil de todo o país.

Como afirma a Declaração de Nova Iorque sobre migrantes e refugiados: "Nós continuaremos protegendo os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as pessoas em trânsito e após a chegada ao país", porque acreditamos que cada pessoa tem o direito de migrar com direitos.

"A presença dos migrantes não é pensada pelos governantes como contribuição para a cidade, mas como aqueles que vem garimpar a riqueza. Ao contrário, eles vêm para contribuir com a sua cultura, o empreendedorismo e a economia migrante. São atores da vida econômica e política das cidades. A cidade não pode ser apenas um 'recipiente' de migrantes, precisa integrá-los. Cegou a hora dos gestores locais repensarem os processos de deslocamentos e sua maneira de governar as mobilidades locais" – Migrante, pesquisador e professor Handerson Joseph.

Porto Alegre, 27 de setembro de 2025